



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADE

Ana Cláudia Sousa Mendonça[1]

Anderson de Araujo Reis[2]

Lisane Teixeira Dantas Menezes[3]

Eixo Temático: Educação e Inclusão

RESUMO

A Educação Inclusiva vive momentos históricos na luta pela inclusão de alunos com necessidades educacionais e diante da demanda nas salas de aulas, os professores das salas de Ensino Regular estão sem saber como trabalhar com muitas das deficiências inseridas nas mesmas; no foco de discussão, alunos com deficiência intelectual; sendo assim, o presente estudo pretende através de pesquisa de campo com professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, no AEE (Atendimento Educacional Especializado), confrontar idéias, opiniões e encontrar caminhos que levem os profissionais a pensar a Educação Inclusiva no seu todo e não fragmentada e a repensar a sua prática pedagógica de forma dinâmica e que as políticas públicas possam alavancar os impasses que impedem a inclusão na sua totalidade dentro das salas de Ensino Regular.

Palavras- chave: Deficiência Intelectual. Ensino Regular. Inclusão.

ABSTRACT

Inclusive education is living historic moments in the struggle for inclusion of students with educational needs and on demand in the classrooms, the teachers of Regular Education rooms don't know how to work with many of the deficiencies inserted, the focus of discussion, students with intellectual disabilities, so this study intends through field research with teachers working in rooms of Multifunction Resources at CSE - Care Specialized Education, confronting ideas, opinions and find paths that leads the teachers to think of inclusive education in whole and not fragmented and rethink their teaching dynamically and that public policies can leverage the bottlenecks that prevent the inclusion in its entirety within the classrooms of the Regular School.

Keywords: Intellectual Disability. Regular education. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios busca-se uma educação de qualidade que nunca alcançou os últimos degraus da realização conforme registrado nos livros "os Anormais e os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil" de Foucault e Lobo não faziam parte, pois, eram considerados os entraves da história, do progresso, do desenvolvimento das comunidades onde estavam inseridos.

No tema proposto, a sociedade que excluiu, segregou, integrou é a que agora inclui os que por muitos momentos da história estiveram às margens: vive-se um outro desafio: inserir na sociedade, nas escolas, no mercado de trabalho, crianças, jovens e adultos que por séculos foram invisíveis para as políticas públicas que criavam oportunidades para os iguais sem perceber que todos são diferentes nas suas peculiaridades. Desta forma, a Educação Inclusiva no momento atual da história suscita novos olhares e caminhos desafiantes pelos os envolvidos com a inclusão de alunos com necessidades educacionais nas escolas e nas salas de Ensino Regular com todos os seus déficits na tão sonhada educação de qualidade.

O presente estudo visa esclarecer questionamentos levantados pelos profissionais que se encontram em salas de aulas pedindo apoio para desenrolar atividades que alcance a todos os envolvidos no processo educacional; questionamentos que levam os interessados na Educação Inclusiva indagar: como incluir sem excluir Como trabalhar o aluno com deficiência intelectual Como avaliá-los no processo inclusivo Como proceder para evitar a pedagogia da negação

Diante das indagações levantadas e do momento inclusivo da educação, a pesquisa realizada em campo com diversos profissionais, objetivou esclarecer alguns entraves que dificultam e impedem a inclusão de todos na sua totalidade.

2. INCLUSÃO DO ALUNO COM DI NO ENSINO REGULAR

A educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Esta é a mensagem que foi claramente transmitida pela Conferência Mundial de 1994 da UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais (Liga Internacional das Sociedades para Pessoas com Deficiência Mental,1994). Em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p. 21).

A teoria relacionada à inclusão é quase na sua totalidade perfeita, no entanto a prática mostra diversos obstáculos que não foram percebidos como importantes nos caminhos percorridos pela história da inclusão e que a cada nova redação vai dificultando solucionar as entrelinhas deixadas pelas políticas públicas que esqueceram que a educação brasileira já era moletante.

Antes de pensar na inclusão, estudos deveriam ter sido elaborados dentro das instituições em todas as esferas: estadual, municipal, federal e particular para tentar entender como se dá o processo da Educação Inclusiva, o que os alunos andam aprendendo, como está o currículo que forma os profissionais, o que tirar, o que acrescentar, o que inovar, o que não é adequado para o público que motivou esse estudo, como se dará a inclusão, qual a terminalidade para os incluídos, como preparar TODOS os que fazem a instituição para a nova demanda

Enfim, são infinitas as indagações que ficaram soltas no desenrolar da história da Educação Inclusiva e algumas continuam sem respostas nos dias atuais dentro das salas de aulas onde professores e alunos, cada um expressando os seus desalentos pedem socorro, às vezes, no silêncio das suas angústias porque não têm espaço para aqueles que foram e são frutos de um sistema de mão única na corrida da inclusão.

A Educação Inclusiva é considerada o paradigma atual a ser desmistificado em todas as suas particularidades, dimensões e perspectivas de mudanças dentro das escolas e na sociedade como um todo, pois não se faz inovações dentro de uma história sem a participação e o apoio de todos os componentes de uma nação. Sendo assim, dentro das escolas, para Stainback e Stainback (1999, p. 21-2), há três componentes práticos interdependentes no ensino inclusivo: o primeiro deles é a rede de apoio, o componente organizacional, que envolve a coordenação de equipes e de indivíduos que apóiam uns aos outros através de conexões formais e informais [...]: grupos de serviço baseados na escola, grupos de serviços baseados no distrito e parcerias com as agências comunitárias. O segundo componente é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe, o componente de procedimento, que envolve indivíduos de várias especialidades trabalhando juntos para planejar e implementar programas para diferentes alunos em ambientes integrados. O terceiro é a aprendizagem cooperativa, o componente do ensino, que está relacionado à criação de uma atmosfera de aprendizagem em sala de aula em que alunos com vários interesses e habilidades podem atingir seu potencial.

No desejo da concretização da Educação Inclusiva, em alguns momentos, há uma ingenuidade por parte daqueles que estão envolvidos no processo da inclusão de que basta incluir alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de Ensino Regular, sendo o necessário para que a mesma aconteça de fato e de direito.

Sendo assim, a entrada do aluno com deficiência intelectual na escola regular, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado para a educação brasileira, na medida em que possibilita um processo de criação pedagógica, na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e ao mesmo tempo levando-os a inserção no mundo da cultura e na vivência histórica enquanto homem presente e atuante em seu tempo.

A condição de deficiência intelectual não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas necessidades educacionais especiais sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas. Assim sendo, os princípios inclusivistas apontam que elas devem freqüentar desde cedo a escola, a qual deve valorizar, sobretudo, os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades (OLIVEIRA, 2008).

A inclusão do aluno com deficiência intelectual é na atualidade uma das deficiências que apresenta caminhos não tão claros para nortear os professores no desenrolar das suas atividades, o que acaba sendo conceituada pelos mesmos como sendo a mais complicada e difícil de trabalhar, visto que os resultados são a longo prazo e às vezes não acontecem da maneira esperada por quem está envolvido no processo e leva o professor a vivenciar a Pedagogia da Negação por desconhecimento de como lidar com o seu aluno; o professor protege o aluno e termina executando ou facilitando as suas atividades por querer ajudar no processo de aprendizagem e nas atividades diárias.

Em virtude do processo de desmembramento das deficiências mental/intelectual ser desconhecido por uma boa parte dos profissionais da educação, há confusão quanto ao conceito que compete a cada, visto que o material disposto no mercado é escasso e muitos não estão atentos as mudanças, sendo assim, uma parte dos nossos alunos continua sendo tratados como público da deficiência mental(doença mental) que não se esgota na sua condição orgânica e /ou intelectual, mas, é estudo para várias áreas do conhecimento, enquanto que a deficiência intelectual o objeto de estudo é o cognitivo(aquisição da leitura e escrita) e as áreas adaptativas como: a socialização, a higienização, comportamental, autonomia e a

afetividade.

A convivência social para o deficiente intelectual é de suma importância para o seu desenvolvimento como um todo; segundo Vygotsky (1986), há uma relação de dependência entre o desenvolvimento do ser humano e o aprendizado realizado num determinado grupo social. O desenvolvimento e a aprendizagem estão inter-relacionados desde o nascimento. Na concepção de Vygotsky (1986), a criança com deficiência deve ser compreendida numa perspectiva qualitativa e não como uma variação quantitativa da criança sem deficiência. As relações sociais estabelecidas com essa criança deverão necessariamente considerá-la como uma pessoa ativa, interativa e capaz de aprender.

Os professores do Atendimento Educacional Especializado que são os que estão à frente das Salas de Recursos Multifuncionais, aqui no nosso Estado (Sergipe), na medida do possível estão participando de oficinas que dão subsídios para atender a esse público diferenciado e auxiliar os professores das salas de ensino regular e juntos descobrirem possibilidades para esses alunos que apesar de todos os avanços tecnológicos e sociais continuam sendo vistos como improdutivos por alguns segmentos da nossa sociedade que preferem a ignorância do desconhecimento por ser mais cômodo do que o vislumbre do sol atrás das montanhas.

Para Glat e Nogueira (2002, p. 25), se a pretensão é "garantir educação para todos, independentemente de suas especificidades", deve-se asseverar a oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos.

Diante de toda a problemática surgida em relação à inclusão do deficiente intelectual no Ensino Regular e tantas outras deficiências, no momento vivenciamos avanços satisfatórios, visto que políticas públicas direcionadas as causas da inclusão adentram diversos setores da sociedade dando oportunidades a quem na maioria das vezes só teve a oportunidade de nascer.

Os conceitos de deficiência intelectual são diversos, todavia, o atual modelo da Associação Americana de Deficiências Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD), nos traz uma concepção funcional e multidimensional que facilita a compreensão em relação à deficiência para que através de apoios melhore o funcionamento da vida da pessoa no desenvolvimento das habilidades intelectuais, interações, papéis sociais, saúde, contexto e comportamento adaptativo.

Dessa forma não se pode perder de vista as especificidades da deficiência intelectual, foco do estudo, para que, justamente, se possam oferecer respostas educativas adequadas para se garantir o pleno desenvolvimento escolar desses alunos: um destes aspectos refere-se a sua base conceitual, ou seja, as características específicas da deficiência intelectual apontadas pelo próprio conceito, e sua múltipla dimensionalidade, que, no sistema conceitual de 2002, da Associação Americana de Retardo Mental (CARVALHO E MACIEL, 2003; AAMR, 2006; FONTES, PLETSCHE, BRAUN, GLAT, 2007) irá considerar cinco dimensões de análise:

Dimensão I: Habilidades Intelectuais – concebida como capacidade geral de planejar, raciocinar, solucionar problemas, exercer o pensamento abstrato, compreender idéias complexas, apresentar rapidez de aprendizagem e aprendizagem por meio da experiência;

Dimensão II: Comportamento Adaptativo – considerando-se o conjunto de habilidades práticas, sociais e conceituais, com o seguinte significado:

- conceituais: relacionada aos aspectos acadêmicos, cognitivos e de comunicação;
- sociais: relacionadas à responsabilidade, auto-estima, habilidades interpessoais, credulidade e ingenuidade, observância de regras e leis.
- Práticas: exercício da autonomia – atividades de vida diária, ocupacionais e de segurança pessoal.

Dimensão III: Participação, Interações, Papéis Sociais – que deverá considerar a participação do sujeito na

vida comunitária – avaliação das interações sociais e dos papéis vivenciado pelas pessoas.

Dimensão IV: Saúde – condições de saúde física e mental – fatores etiológicos e de saúde física e mental.

Dimensão V: Contextos – relacionado ao ambiente sócio-cultural no qual a pessoa com deficiência intelectual vive e como se dá o seu funcionamento nestes contextos. Devem ser considerados:

- o microsistema – ambiente social imediato – família e os que lhe são próximos;
- o mesossistema – a vizinhança, a comunidade e as organizações educacionais e de apoio;
- o macrossistema – o contexto cultural, a sociedade e os grupos populacionais;

É visível a demanda de professores que precisam de TODOS os apoios que possam ajudar e clarear o seu trabalho em sala e no próprio ambiente institucional, visto que os espaços freqüentados por esses alunos não se resumem apenas a sala de aula.

MATERIAIS E MÉTODOS

Diante de toda problemática que envolve professores da sala regular e professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado) das Salas de Recursos Multifuncionais, foi aplicado questionário para professores do Atendimento Educacional Especializado da rede estadual e municipal, de vários municípios do estado, Aracaju e outros em um curso promovido pela Divisão de Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Sergipe no segundo semestre de 2012. O presente questionário objetivou entender como as Salas de Recursos Multifuncionais e os professores do Atendimento Educacional Especializado estão sendo recebidos nas unidades escolares, como está acontecendo o intercâmbio com os professores do Ensino Regular, como esses alunos estão sendo incluídos nas Salas Regulares, como estão sendo trabalhados na mesma e quais as principais dificuldades encontradas para desenvolverem um trabalho onde todos se sintam partícipes da história. Totalizando em quarenta questionários onde as questões eram direcionadas especificamente ao atendimento da pessoa com DI (Deficiência Intelectual), visto que o público maior do Atendimento Educacional Especializado é o aluno com deficiência intelectual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após aplicação e computação das respostas ficou evidenciado que um dos entraves do processo de aprendizagem do aluno com DI é a dificuldade da troca de informações entre os professores (sala regular x sala de recursos multifuncionais); há barreiras que precisam ser quebradas não só entre os profissionais que estão ligados diretamente com o processo, como entre todos que fazem a escola.

Outra questão que foi unânime está relacionada à família que na maioria das vezes não acredita no trabalho desenvolvido na SRM e na potencialidade desse aluno, sendo assim, a aprendizagem fica comprometida, visto que tem que haver cumplicidade entre professores x escola x família e demais profissionais (psicólogo, pedagogo, psicopedagogo e outros) dentro ou fora do ambiente escolar.

Outro ponto em destaque foi à credibilidade dada pelos professores ao processo de inclusão total de alunos com DI na sala de Ensino Regular, onde foram enfáticos que é possível sim acontecer, desde que haja empenho e participação de todos os envolvidos, salientando que a aprendizagem do aluno com DI se dá dentro do seu tempo com atividades significativas que consistam no desenvolvimento intelectual e na autonomia desse aluno; atividades focadas na repetição e na memorização não têm sentido para esse público específico e não contribuem para o desenvolvimento cognitivo e lógico.

Cada aluno com deficiência intelectual é único, tem suas especificidades e o seu processo de aprendizagem também vai acontecer dentro do seu ritmo e de suas limitações, sendo assim, o professor do Atendimento

Educacional Especializado acompanhará esse aluno fazendo um estudo de caso para através do mesmo construir o perfil do seu aluno e auxiliar na sua aprendizagem dentro e fora da escola evidenciando as suas conquistas e desenvolvendo a autonomia educacional, social e familiar.

Foi-se frisada pelos professores que participaram da amostra, uma reclamação que faz parte das constantes solicitações dos professores das Salas Regulares que é o número de alunos por sala, mais os inclusos e a necessidade de um apoio permanente na sala, ou seja, um professor auxiliar, assistente ou cuidador, não importa a nomenclatura usada, e sim, o apoio necessário para que o trabalho dentro da sala possa fluir e alcançar a todos igualmente, justo que o que se busca com a inclusão é a educação de qualidade para todos os envolvidos no processo.

Uma questão levantada pelos professores que participaram do curso do AEE e da aplicação dos questionários foi sobre o conceito e caracterização de deficiência mental e ou deficiência intelectual, visto que encontram nos materiais de estudos e pesquisas o termo deficiência mental e muito restrito, o termo deficiência intelectual; o conceito de Deficiência Intelectual, passou no decorrer dos anos por diversas definições e terminologias para caracterizá-la, tais como: Oligofrenia, Retardo mental, Atraso mental, Deficiência mental, etc. De acordo com Krynski et al. (1983), esse tipo de deficiência é um vasto complexo de quadros clínicos, produzidos por várias etiologias e que se caracteriza pelo desenvolvimento intelectual insuficiente, em termos globais ou específicos.

De acordo com a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), Deficiência Intelectual ou Deficiência Mental (DM – como não é mais chamada) é o estado de redução notável do funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média, oriundo no período de desenvolvimento, e associado à limitações de pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade em comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho.

Recentemente, vários países – por recomendação da International Association for the Scientific Study of Intellectual Disabilities (IASSID) – Associação Internacional de Estudos Científicos das Deficiências Intelectuais¹ - vêm adotando o termo intellectual disability, traduzido no Brasil por “déficit intelectual”. Embora essa expressão possa ter uma conotação menos estigmatizante, ela é em nossa visão, ambígua, pois uma pessoa sem escolarização em uma comunidade letrada, por exemplo, pode ser considerada como tendo um “déficit intelectual”.

Após a tabulação dos questionários pode-se constatar que trabalhar com a deficiência intelectual ainda é uma incógnita para os profissionais da educação, visto que não há uma cartilha indicando os passos a serem seguidos, pois cada aluno com deficiência intelectual é único nas suas limitações, dificuldades, mundo próprio, comportamento, ritmo, sonhos, quietude, ser único na sua maneira de aprender e desvendar o mundo ao seu redor.

Dúvidas em como trabalhar corretamente, ao uso do termo a ser usado, o que pode e o que não pode dizer e fazer sempre permeou a educação inclusiva e vão continuar presentes nas salas de aulas, nos grupos de estudos e pesquisas, nos congressos e debates, nos livros, nas leis, nas discussões e nas perspectivas de acertos porque não há uma regra única e certa para trabalhar e obter êxito homogêneo e especificamente no trabalho em estudo que é a inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular por se tratar de uma categoria heterogênea na maneira de aprender.

Fica evidenciado o papel da família, da escola e da sociedade para que o desenvolvimento social e educacional desse aluno possa galgar as dificuldades encontradas e impostas pela mesma sociedade que se diz inclusiva e ao mesmo tempo mina as possibilidades de desenvolvimento digno a essas pessoas que têm padrões de aprendizagem, de comportamento e social fora do contexto imposto por regras criadas por uma sociedade moletante nas políticas públicas direcionadas a educação que não consegue encontrar e firmar o foco principal de todas as legislações: educação de qualidade para todos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditar na inclusão da pessoa com necessidades – no caso específico em estudo, na pessoa com deficiência intelectual – requer mais do que cumprimento de leis, e sim, desapego a alguns dogmas impostos na história da história e que fez história de que uns são capazes e outros não de aprender, de que uns nasceram para brilhar e outros para serem ofuscados por esse brilho, acreditar na inclusão vai bem mais além de incluir um aluno com necessidades em uma sala de aula, incluir é permitir que esse aluno desabroche dentro de suas especificidades, participe, seja o criador de sua trajetória de vida e encontre o espaço que lhe pertence na fatia da história da educação que por séculos continua vitimando os que não se encaixam aos olhos não avisados.

A inclusão é um sonho compartilhado por muitos. Fazê-la acontecer de fato e de direito dentro das escolas brasileiras e com ensino de qualidade para todos é a meta. Contudo, conforme diz Ribeiro (2004, p.41): “a perspectiva da inclusão exige o repensar das condições da prática docente e de suas dimensões, bem como de suas repercussões na organização curricular e na avaliação”.

Diante da pesquisa realizada, constatou-se que não é utopia, há sim, possibilidades de inclusão do aluno com deficiência intelectual nas salas de ensino regular, desde que as políticas públicas favoreçam essa inclusão com dignidade não só para o objeto de estudo aqui mencionado, como para os profissionais da educação que necessitam de mais formação e informação, como também incentivos financeiros, materiais e apoio psicológico para o desenvolvimento de seus trabalhos.

Conclui-se, enfatizando, que somar, acrescentar, colocar algo ou alguém em um espaço é possível, todavia incluir é mais complicado, dinâmico, desafiador, contudo não é impossível a partir do momento que temos o espaço certo, a preparação adequada, os apoios necessários, o querer, a afetividade, força de vontade e respeito aos nossos direitos que são direitos de todos que constroem a história da sociedade em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

GLAT, Rosana(org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 2

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos/ Maria Teresa Égler Mantoan, Rosângela Gavioli Prietr; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. – (pontos e contrapontos).

Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual/ Secretaria Municipal de Educação- São Paulo: SME / DOT,2008. 128p.il

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri e Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel(org.). **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

STAINBACK, Susan e William Stainback. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre, Artmed, 1999.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 7ª edição – São Paulo: 1986.

[1] Graduada em Pedagogia, Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Gestão em Educação. Pio X
Email: anaclaudiasm70@hotmail.com

[2] Graduado em Ciências Biológicas, Bacharel em Biomedicina e Pós- graduado em Docência do Ensino Superior Email:anderson.araujo.reis@hotmail.com

[3] Graduada em Educação Física e Mestre Educação Universidade Federal da Paraíba Email: lisane@infonet.com.br